



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - EAD

Ranielle Gonçalves Medeiros

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios enfrentados por professores e educandos
no cotidiano escolar**

CRISTÁLIA-MG

2023

RANIELLE GONÇALVES MEDEIROS

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios enfrentados por professores e educandos no cotidiano escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Diploma de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Amanda Aparecida Marcatti

CRISTÁLIA- MG

2023

RANIELLE GONÇALVES MEDEIROS

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios enfrentados por professores e educandos no cotidiano escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a. Dr.^a Amanda Aparecida Marcatti (Orientador)

Prof.^a. Dr.^a Camila Zucon Ramos de Siqueira (componente da banca examinadora)

Prof. Dr. Paulo Filipe Lopes de Carvalho (componente da banca examinadora)

Cristália– MG, Julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados durante a realização desse trabalho, e por não me deixar desanimar.

Aos meus pais, agradeço pelo incentivo e apoio.

Aos professores, agradeço pelos ensinamentos, que me permitiram chegar até aqui.

A minha orientadora Amanda, minha eterna gratidão. Agradeço muito por me ajudar a conduzir este trabalho com paciência e dedicação.

RESUMO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios enfrentados por professores e educandos no cotidiano escolar.

A Educação do Campo é uma modalidade da educação básica, construída a partir das lutas dos Movimentos Sociais do Campo pelo direito a educação, terra e trabalho. Construída com base nos princípios da Educação Popular, as escolas do campo visam à formação integral dos educandos, com criticidade e dialogicidade. Buscando construir um caminho formativo que dialogue com os problemas sociais, associada à luta pelos direitos e superação das situações de injustiça e opressão, historicamente vividos pelos trabalhadores do campo. Desse modo, o presente trabalho, tem como objetivo discutir a educação do campo e os desafios enfrentados por professores e educandos, apresentando a relevância social da Educação do Campo. Por tanto, buscamos identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos educadores e estudantes nas escolas do campo em seu cotidiano. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, usando artigos encontrados nos sites: Scielo, Google acadêmico, periódicos da capes e plataforma sucupira. Após a análise dos artigos foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e educandos de escola do campo. Destaca-se que é necessário grandes avanços nas escolas do campo, é preciso que haja políticas públicas voltadas para as escolas do campo, construindo mais escolas que estejam em sintonia com as necessidades dos diversos sujeitos que vivem no campo, promovendo uma educação de qualidade e contribuindo para a formação social desses sujeitos.

Palavras Chave: Educação do campo; dificuldades, cotidiano escolar.

LISTA DE SIGLAS

LDB- LEI DE DIRETRIZES E BASES EDUCACIONAIS

PNE- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
INTRODUÇÃO.....	08
1. METODOLOGIA.....	09
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2.1. A Educação do Campo e as Escolas do Campo.....	10
2.2. Desafios Enfrentados por Educadores e Educandos na Educação do Campo.....	13
2.3. Fechamento de Escolas do Campo.....	15
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino da educação básica, e em sua organização curricular pode ter adequações conforme a realidade do aluno, com metodologias próprias e um calendário específico a educação do campo vem crescendo em nosso país, possibilitando o acesso a educação e a cidadania de muitas crianças, jovens e adultos do campo. Portanto, a Educação do Campo possui uma grande relevância social, pois ela atende as necessidades educacionais das áreas rurais, promovendo oportunidades e buscando combater a exclusão educacional.

O interesse pela temática da educação do campo se deve ao fato de ter sido sujeito de escolas do campo durante todo o Ensino Fundamental, estudando em turmas multisseriadas e vivenciando várias dificuldades. Também como estudante do curso de Pedagogia tive a oportunidade de trabalhar em um projeto como professora do campo em 2021, onde ia na casa de cada aluno para ajudá-los a fazer as atividades escolares, vivenciando as dificuldades de distância, enfrentando as chuvas e tempestades, sem transporte adequado.

Soma-se a estas vivências as dificuldades enfrentadas na prática como professora de escolas do campo, com atenção especial para o período de afastamento social vivenciado durante a pandemia do Covid-19 no ano de 2020, onde sérios problemas foram vivenciados, como a dificuldade de acesso à internet, falta de equipamentos prejudicando o desempenho dos alunos.

Deste modo, o referido projeto tem o objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano das escolas do campo, reconhecendo sua importância para a população rural. Assim, buscaremos ao longo da pesquisa apresentar e compreender como funciona as escolas do campo, como também os desafios enfrentados pelos educadores e estudantes nas escolas do campo em seu cotidiano.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como tema “A Educação Campo: Desafios Enfrentados por Professores e Educandos no Cotidiano Escolar”. Optamos por descrever e compreender as dificuldades das escolas do campo de formar integral, sendo esta uma pesquisa de abordagem qualitativa.

De acordo com Minayo (2003, p. 16) “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Portanto, o caminho escolhido para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa é a revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado e que já contém um tratamento científico como livros, artigos, dissertações e teses (FREITAS, 2013, p.54). Para o levantamento bibliográfico utilizaremos os sites: Scielo, Periódicos da Capes, Plataforma Sucupira, e Google Acadêmico, pois são sites confiáveis e que facilitam a busca por artigos e pesquisa acadêmica. Para localização de obras serão utilizadas as seguintes palavras-chaves: “educação do campo”, “dificuldades do professor do campo” “estrutura da escola”. Para a seleção das obras, serão lidos o sumário e o resumo para verificar se a obra consultada pode trazer alguma contribuição para esta pesquisa.

Para a revisão de literatura organizamos este trabalho em três tópicos. No primeiro tópico apresentamos algumas discussões sobre a educação do campo e as escolas do campo, com base nos autores Leite (1999), Caldart (2008), Arroyo (2008), Molina (2002) e na constituição federal da república. No segundo tópico, apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos educadores e educandos na Educação do Campo com base nos autores Nascimento (2002), Whitaker, Kolling (2002), Cerioli (2002) e na LDB (1996). Ao final falamos sobre o fechamento das escolas do campo, quais os motivos levaram ao fechamento e as consequências para as comunidades rurais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A Educação do Campo e as Escolas do Campo

A fundamentação do presente projeto foi desenvolvida a partir da análise de artigos e teses escritos com a intenção de compreender as escolas do campo e as dificuldades enfrentadas historicamente. Ao analisarmos a educação do campo na década de 1920, Leite (1999, p. 14), afirma:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade" (LEITE; 1999, p. 14).

Como podemos observar nessa citação, no decorrer da história da educação brasileira pode-se perceber muito preconceito em relação aos alunos da zona rural. Leite (1999), afirma que era comum pensar que para viver na roça não há necessidade de ter conhecimentos e uma educação de boa qualidade. Desde o surgimento das primeiras escolas no Brasil, somente a elite podia desfrutar da mesma, na concepção elitista de educação os negros, trabalhadores rurais, mulheres e indígenas não precisavam de uma escola, pois para eles o trabalho na roça não exigia instrução.

Contudo, essa realidade começou a mudar e demanda de escolarização dos povos do Campo começou a ser pautada em dupla perspectiva, tanto na perspectiva do direito a educação bem como na perspectiva de formação e qualificação para o trabalho, como podemos observar na Constituição Federal da República Brasileira, de 1988, no artigo 205 nos diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.01).

Portanto, todos tem o direito a uma educação de qualidade e cabe a sociedade incentivar essa construção e ao Estado garantir esse direito, visando incluir todos os indivíduos para que se tornem pessoas qualificadas e cidadãos ativos. Nos dias atuais, podemos observar que a educação é mais valorizada e seu acesso é democrático, não inclui somente a elite, mas sim os negros, as mulheres, indígenas, trabalhadores rurais

e, mesmo com algumas dificuldades, podemos encontrar muitas escolas no campo. Este processo é fruto das conquistas dos Movimentos Sociais do campo e da concepção da educação como um direito de todos e não um privilégio de poucos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 aponta que todos têm direito à educação, sendo um dever da família e do Estado, onde ele é responsável por fornecer acesso aos mais diversos níveis, desde creches e pré-escolas, Ensino Fundamental e Médio, até os níveis mais elevados de ensino, como a pesquisa e a criação artística. Desse modo, tanto os estudantes do campo como os da cidade têm o mesmo direito à educação, possibilitando desenvolver suas competências e habilidades em plenitude, de forma que não sejam prejudicados pela localidade em que vivem, seja ela uma comunidade de periferia das grandes cidades ou uma comunidade rural.

Outro ponto de suma importância é que na impossibilidade de instalar uma escola na zona rural, o estado tem a obrigação de fornecer ao educando todas as condições necessárias para o acesso a uma educação de qualidade, como: transporte escolar, alimentação, materiais escolares, dentre outros requisitos que garantam não só o acesso à escola, como também a permanência dos estudantes.

Desse modo, dispositivos de políticas públicas são fundamentais para garantir na prática os direitos conquistados pelos trabalhadores do campo. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014/2024 se mostra atento em relação à situação das comunidades rurais, sendo um dos primeiros focos a infraestrutura das escolas, prevendo na sua primeira meta, mais especificamente no Programa de Reestruturação da Rede Física da Educação Básica, a construção de escolas rurais com capacidade para atender 120 alunos por unidade. Já no Projeto de Espaço Educativo Urbano e Rural esse número aumenta para 360 alunos. Este se trata apenas de um exemplo das metas estabelecidas com foco na Educação Rural, podendo ser destacado também a implementação de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, maior aumento na oferta de vagas para o ensino fundamental, promover o aumento no número de matrículas, elevar a taxa de alfabetização, entre tantas outras (BRASIL, 2014).

Ademais, o artigo 1 do decreto 7.352 de 04 de Novembro de 2010 observa que a política de Educação do Campo é de responsabilidade da União em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, ressaltando o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010). Consideramos assim a

Educação do campo uma modalidade de ensino relevante para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil. Em primeiro lugar, ela busca atender às exigências educacionais das comunidades rurais. Além disso, a Educação do Campo valoriza os saberes e as culturas locais, contribuindo para a preservação e o fortalecimento da identidade das comunidades rurais. A Educação do campo busca formar sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. Por fim, a Educação do Campo tem um potencial transformador mais amplo, na medida em que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as desigualdades sociais e regionais sejam superadas.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19)

Por fim, ressaltamos que as escolas do campo possuem características que as diferenciam das escolas urbanas. As escolas do campo buscam a valorização da cultura local e a identidade dos sujeitos que moram e trabalham no campo, proporcionando aos educandos do campo, uma educação que esteja em sintonia com as necessidades de cada um e em conexão com seus territórios. Desse modo, o currículo das escolas do campo deve dialogar com a cultura, com os saberes populares e com a vida de seus estudantes.

A educação do campo deve prestar especial atenção às raízes da mulher e do homem do campo, que se expressam em culturas distintas, e perceber os processos de interação e transformação. A escola é um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde está inserida. A escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 162)

Além disso, segundo os autores, a Educação do Campo deve resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo e demais valores que degradam a sociedade em que vivemos. Deste modo, consideramos que apesar dos desafios vivenciados para implementação e consolidação da educação do campo nas comunidades rurais, como as condições estruturais das escolas, a formação dos educadores, o deslocamento dos estudantes, a alimentação escolar

dentre outras questões, a existência das escolas do campo é um avanço significativo na garantia do direito à educação e construção da cidadania.

2.2. Desafios enfrentados por Educadores e Educandos na Educação do Campo

De acordo com Leite (2002, p.112) os educadores do campo enfrentam vários problemas que vão desde a formação dos professores, passando por questões estruturais, dentre outros problemas como podemos verificar:

O elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de 25 anos; a baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria, multisseriadas; o elevado índice de exclusão e repetência; o crescente processo de municipalização da rede de ensino fundamental, que responde pela quase totalidade das matrículas nas séries iniciais das escolas rurais, sem que sejam viabilizadas as condições estruturais e pedagógicas (LEITE, 2002, p.112).

Para Nascimento (2002, p.8), em seu estudo sobre as populações rurais observa que as mesmas encontram sérios problemas quando se trata de terem seus direitos assegurados, uma vez que estão esquecidas perante o governo, vivendo em desigualdade quando comparada com as pessoas que vivem na cidade. O autor afirma que:

A população rural é vista como dados do IBGE é uma população condenada ao esquecimento. Com o avanço do capitalismo no campo, subordinadas à lógica do capital, criou-se três problemas para os camponeses/as: um desenvolvimento desigual, um processo excludente que veio se caracterizar no êxodo rural e, por fim, um modelo de agricultura que produz relações sociais ora atrasadas ora modernas. Este capitalismo voraz e selvagem gerou a concentração da propriedade e da renda, a concentração urbana, o desemprego e a intensificação da violência, além de demarcar o urbano como superior ao rural.-(NASCIMENTO, 2002, p.8).

Podemos observar que, muitas vezes as comunidades rurais acabam sendo esquecidas, principalmente as escolas, e por isso é muito comum algumas famílias acabarem migrando para as cidades grandes para buscar melhorias na vida escolar dos filhos e uma qualidade de vida melhor.

A grande maioria das escolas do campo vem sofrendo muito com o abandono do Estado, algumas delas funcionam de maneira precária, com falta de materiais didáticos, falta até mesmo energia elétrica e água potável e muitas vezes com apenas uma professora para trabalhar em turma multisseriadas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Por muitas vezes os alunos e professores não conseguem nem chegar às escolas, principalmente em períodos chuvosos e até mesmo por falta de transporte escolar. Dessa forma algumas escolas rurais isoladas apresentam-se de uma forma que devemos deixar de lado tudo o que conhecemos e sabemos sobre uma instituição escolar (GIL, 2011). Com isso, observa-se uma falsa consciência por parte do Estado brasileiro, que parece não se importar com as crianças que vivem nas zonas rurais, deixando as famílias cada vez mais vulneráveis, especialmente após a urbanização do país (WHITAKER, 2003).

Assim, podemos observar que os camponeses são sujeitos histórico da educação do campo. E campo pensado como um território de promoção da cidadania e não da exclusão, pois a agricultura familiar é a base de suas lutas sociais que vislumbraram que um projeto de campo também inclui um projeto de educação. Portanto, para que uma escola do campo seja efetivamente inclusiva, democrática e acessível aos povos do campo é preciso que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, ART.28).

Desse modo, avaliamos que na Educação do Campo é necessário ter uma visão diferente na sala de aula para que se possa notar qual é o melhor método/estratégia para trabalhar com os estudantes, para que todos os sujeitos não tenham somente acesso à educação, mas para que eles consigam também aprender o conteúdo estudado, construam seus próprios significados e obtenham sucesso no processo de aprendizagem.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade: uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 13).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), o Art. 6 trata sobre a importância em adequar os materiais e recursos à realidade vivida no

campo, valorizando o contexto social em que os jovens se encontram, além do conhecimento que eles já detêm, assim o presente artigo afirma que:

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas (BRASIL, 1996, ART.06).

Conseqüentemente, o ensino na Educação do Campo, deve ser trabalhado de forma dinâmica, onde possa envolver elementos da comunidade local, trabalhando dentro da realidade do aluno, sem deixar de lado o que o aluno realmente vive. Segundo o autor Forquin (1993), a cultura e a educação têm características fundamentais em comum, na medida em que procedem, ultrapassam e instituem os sujeitos humanos. “A cultura é considerada como um repertório, um fundo, um tesouro no interior do qual a educação efetua, de certo modo, extratos para fins didáticos” (FORQUIN, 1993, p. 38).

Desse modo, é necessário avançar na construção de escolas do campo que estejam em sintonia com as necessidades dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo, valorizando sua cultura e identidade, e promovendo uma educação que contribua para a transformação social.

2.3. Fechamento de Escolas do Campo

Diante deste cenário de muitas dificuldades, constatamos que nos últimos anos muitas escolas do campo foram fechadas, devido à falta de políticas públicas que promovam e assegurem a educação do campo nos territórios e também como parte do projeto de campo do Agronegócio que vem promovendo uma agricultura sem agricultores pautada na exploração da natureza e das comunidades rurais.

O fechamento das escolas do campo pode ter vários motivos, como a diminuição do número de matrículas, a baixa qualidade de ensino, a falta de investimentos e incentivos para a vida no campo.

O fechamento das escolas do campo é um retrocesso. Essa política evidencia a desvalorização da agricultura familiar e a supervalorização da monocultura, do agronegócio. Demonstra uma lógica de campo sem gente, pois, sem escola ou condições de permanência nas áreas rurais, os níveis de êxodo tendem a aumentar (OLIVEIRA; REIS, 2015, p.14).

De acordo com os dados do censo escolar de 2014, apontam que foram fechadas 290 escolas do campo em Minas Gerais, sendo 4.084 o total no país, o fechamento dessas escolas estão cada vez mais frequente. Algumas pesquisas nos mostram que nas últimas décadas foram fechadas mais de 80 mil escolas do campo, entre os anos de 1997 e 2018, sendo a região nordeste a mais afetada pelos fechamentos (BRASIL, 2015).

Portanto, o fechamento dessas escolas pode causar impactos negativos nas comunidades rurais, como a perda de acesso a educação de qualidade, a perda da identidade cultural e social da comunidade. O fechamento das escolas pode também contribuir para o êxodo rural, uma vez que as famílias acabam mudando da zona rural para a cidade em busca de uma qualidade de vida melhor.

O fechamento de escolas rurais tem impactos significativos na comunidade, como a perda de acesso à educação de qualidade, o aumento do deslocamento dos estudantes para outras escolas distantes, o enfraquecimento da identidade cultural e social da comunidade, a diminuição da oferta de serviços públicos e a redução da atividade econômica local" (MAIA; CORDEIRO; CARVALHO, p.4).

As escolas do campo muitas vezes são as únicas disponíveis para atender as famílias que vivem na zona rural. Contudo, o fechamento dessas escolas tem se tornado cada vez mais preocupante para as comunidades rurais, uma vez que a dificuldade de acesso a educação básica tem aumentado cada vez mais, fazendo com que os alunos se desloquem para as cidades para ter acesso a uma educação básica de qualidade. A pesquisa em Educação do Campo Roseli Caldart (2010), afirma que o acesso a educação deve ser facilitado, pois a educação é um direito de todos:

Ter acesso à escola não pode ser uma coisa extraordinária, que precise mover céus e terras, andar quilômetros, usar transporte para ter acesso. O acesso à escola tem que ser uma coisa ordinária na vida. (CALDART, 2010, p.12).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo é uma modalidade da educação básica, construída a partir das lutas dos Movimentos Sociais do Campo pelo direito à educação, terra e trabalho. Construída com base nos princípios da Educação Popular, as escolas do campo visam à formação integral dos educandos, com criticidade e dialogicidade. Buscando construir um caminho formativo que dialogue com os problemas sociais, associada à luta pelos direitos e superação das situações de injustiça e opressão, historicamente vividos pelos trabalhadores do campo.

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e educandos das escolas do campo. Com base nos resultados encontrados ao longo da pesquisa, pode-se indicar que as principais dificuldades são a manutenção e infraestrutura das escolas do campo, o processo de formação inicial e continuada dos educadores e políticas públicas de permanência dos estudantes como o transporte escolar, alimentação e construção de um currículo que se conecte a realidade das comunidades rurais, levando em consideração seus traços culturais, produção de alimentos, ciclos da chuva e demais características.

Desse modo, consideramos que a revisão de literatura feita como parte final da graduação em Pedagogia na UFVJM nos ajudou a compreender a realidade vivida como estudante e professora do campo. Como estudante e educadora do campo, também pude vivenciar de perto algumas dessas dificuldades, como a distância, a falta de transporte adequado, falta de materiais didáticos e a falta de uma boa estrutura na escola.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elizete Oliveira; DOS REIS VENTURA, Mislaine. Fechamento de escolas do campo: impactos socioculturais nas comunidades rurais¹.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 39-50, 2001.
- ARROIO, A. Context based learning: A role for cinema in science education. **Science Education International**, v. 21, 2010, p. 131-143.
- ARROIO, A; AYRES, C. Documentário na sala de aula: auxiliando na construção do conhecimento científico. In: Encontro nacional de Ensino de Química – ENEQ, 14, 2008, Curitiba. **Resumo...** Curitiba, [Sem editora], 2008.
- ARROIO, A; GIORDAN, M. O vídeo educativo: Aspectos da Organização do Ensino. **Educação em Química e Multimídia – Revista Química Nova na Escola**. Nº 24. 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, promulgada em 1988
- BRASIL. Constituição da republica federativa do Brasil: Senado federal, promulgada em 2010
- BRUZZO, C. O documentário em sala de aula. **Ciência & Ensino**, n.4, jun 1998.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.
- CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 257-265, 2012.
e-a-teoria-critica-em-gramsci.pdf. Acesso em: 06 jan 2023
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Artes Médi.. Porto Alegre. 1993.
- GIL, Juca. Educação do campo: Debate Legal. Gestão Escolar. 2011. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/396/educacao-do-campo>. Acesso em: 06 jan 2023
- KOLLING, Edgar Jorge et al. Por uma Educação Básica do Campo: memória. Universidade de Brasília. Brasília. 1999
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART. Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**, 2002.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm> (fundatec.org.br). Acesso em: 06 jan 2023

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999

MAIA, Karla Vanessa Alves; DE SOUSA CORDEIRO, Lúcia Edriana; DE CARVALHO, Sandra Maria Gadelha. O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS: A VERDADEIRA ESSENCIA DO MOVIMENTO DE NUCLEAÇÃO

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci. Universidade Federal do Tocantins. 2009. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/educacao-do-campo->

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7ª ed. Campinas, SP. 2000.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. A questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária. UNIARA. Araraquara-SP. 2000

